

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/4/2018

Às 15 horas, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Guedes, Fred Costa e Elismar Prado, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Guedes, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 9.998/2017, do deputado Ivair Nogueira; 10.000/2018, do deputado Duarte Bechir; 10.060 e 10.061/2018, do deputado Douglas Melo; 10.127, 10.128 10.131, 10.133 a 10.139, 10.141 a 10.146, 10.169 a 10.171/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 10.181 a 10.184/2018, do deputado Bosco; 10.198 a 10.204/2018, do deputado Douglas Melo; 10.235 a 10.240/2018, do deputado Bosco; 10.242 a 10.249/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 10.271 a 10.277, 10.280, 10.288 a 10.290, 10.295 a 10.309 e 10.311/2018, do deputado Bosco; 10.428/2018, do deputado Braulio Braz; e 10.58/2018, do deputado Emidinho Madeira. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 11.420/2018. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2018.

Fred Costa, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
EM 17/4/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.871, que institui as carreiras de Técnico da Defensoria Pública e Analista da Defensoria Pública e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968; 5.960, de 1º de agosto de 1972; 6.763, de 26 de dezembro de 1975; 11.363, de 29 de dezembro de 1993; 14.699, de 6 de agosto de 2003; 14.937, de 23 de dezembro de 2003; 14.940, de 29 de dezembro de 2003; 14.941, de 29 de dezembro de 2003; 15.424, de 30 de dezembro de 2004; 15.464, de 13 de janeiro de 2005; 19.976, de 27 de dezembro de 2011; 20.922, de 16 de outubro de 2013; 21.735, de 3 de agosto de 2015; 21.972, de 21 de janeiro de 2016; 22.257, de 27 de julho de 2016; 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as

tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.761, que modifica a Lei nº 14.486, de 9 de dezembro de 2002, que disciplina o uso de celulares em salas de aula, teatros, cinemas e igrejas. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos *sites* governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.763, que altera a Lei nº 14.235, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre o atendimento a clientes em estabelecimento bancário. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.848, que dá denominação ao próprio público que sedia o Ministério Público do Estado no Município de Ouro Fino. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.865, que altera a Lei nº 10.545, de 13 de dezembro de 1991, que dispõe sobre produção, comercialização e uso de agrotóxico e afins. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.874, que institui o Sistema Estadual de Cultura, o Sistema de Financiamento à Cultura e a Política Estadual de Cultura Viva e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 17/4/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o Decreto nº 47.368, de 6/2/2018, que determina ao Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – o credenciamento e a contratação de pessoas jurídicas de direito privado para exercício da atividade de vistoria veicular, empresas credenciadas em vistoria de veículos, empresas de tecnologia da informação e empresas de controle de qualidade especializado, visando à operação das vistorias de identificação veicular.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.831/2017, do deputado Noraldino Júnior.

Requerimentos nºs 10.531/2018, do deputado Adalever Lopes e outros; e 10.645/2018, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 17/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 4.615/2017, do deputado Isauro Calais; 4.731/2017, do deputado Inácio Franco; e 4.794/2017, do deputado Geraldo Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 10.439/2018, do deputado Gil Pereira; 10.449/2018, do deputado Duarte Bechir; 10.532 e 10.533/2018, da deputada Ione Pinheiro; 10.540 a 10.543 e 10.563/2018, da Comissão de Participação Popular; 10.615/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 10.634/2018, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 17/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater a implantação da segunda etapa do Distrito Industrial no Município de Montes Claros.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário

Requerimento n° 10.507/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.469/2017, do deputado Hely Tarquínio; 4.690/2017, do deputado Dilzon Melo.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 17/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 10.551, 10.558 a 10.560/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/4/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Léo Portela, Dilzon Melo, Gilberto Abramo e Missionário Marcio Santiago, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2018, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2018.

Antônio Jorge, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados Thiago Cota, Dilzon Melo e Sávio Souza Cruz, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os deputados João Vítor Xavier, Bosco, Antonio Lerin, Gil Pereira e Leonídio Bouças, membros da Comissão de Minas e Energia, para a reunião a ser realizada em 17/4/2018, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, esclarecer as populações dos municípios onde serão implantados eletrodos do Sistema de Transmissão Xingu-Rio sobre os reflexos dessa implantação no seu cotidiano e seus impactos ambientais.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2018.

Glaycon Franco, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Cabo Júlio, Fábio Cherem, João Magalhães e Paulo Guedes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 17/4/2018, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 11/4/2018**

O deputado Gustavo Valadares* – Muito boa tarde, presidente, deputado Dalmo Ribeiro. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, já faz algum tempo desde a minha última vinda a esta tribuna. Então, tenho vários assuntos a tratar. São vários os pronunciamentos que necessito fazer desta tribuna, Sr. Presidente.

De domingo para cá, mais precisamente segunda-feira, tenho sido procurado – e acredito que todos os parlamentares desta Casa estejam sendo procurados através de telefone, *e-mail*, redes sociais ou visita aos gabinetes – por conta do último concurso da educação promovido por esse desgoverno petista no último domingo, dia 8 de abril. Neste momento, há no Plenário, deputados do Partido dos Trabalhadores, do PDT, do PPB, do Democratas, do PSDB – como eu e o presidente. Essa é uma bandeira que não tem cor. A reivindicação que trago a esta tribuna no dia de hoje não tem coloração partidária, não tem posição ideológica; é uma reivindicação daqueles que querem igualdade de direitos, que querem um concurso transparente e limpo, com condições igualitárias a todos que se prestaram a estar lá como candidatos. Qual a expectativa de quem se inscreve para fazer um concurso público? Que seja tratado em pé de igualdade com os demais candidatos.

Um concurso que abrange todo o Estado de Minas Gerais e foi realizado em diversas praças não poderia chegar ao ponto que chegou. Para começar, houve atraso na abertura dos portões. O edital pedia aos candidatos para chegarem, salvo engano, às 7 horas – não sei o horário exato. Mas atrasaram a abertura dos portões. Em alguns casos, as provas se iniciaram no tempo certo, mas foram paralisadas minutos depois, com os candidatos inclusive em algumas salas, podendo transitar pelos corredores, após iniciarem a prova, até que fossem novamente chamados. Enquanto isso, em outros locais, no mesmo prédio, no andar de baixo, as provas se iniciaram no horário certo; e no andar de cima, os candidatos estavam nos corredores sem receber as provas nas salas.

Assim como vários deputados, recebi imagens de candidatos usando celular durante a prova. Enfim, houve filmagens durante as provas. Recebi fotos de várias questões das provas. Em alguns casos, como no Vale do Aço – tenho um áudio comprovando isso –, numa sala com 30 candidatos, 28, 29 receberam as provas, e um deles ficou sem recebê-la. Esses 28, 29 candidatos começaram a fazer a prova, e uma candidata ficou de braços cruzados. Após um tempo, a organização lhe entregou um xerox da prova.

Já se passaram três dias. Até hoje não vi o Sr. governador do Estado, o Sr. secretário de Educação virem a público para esclarecer mais essa desorganização, para acalmarem os milhares de candidatos que enfrentaram muitas dificuldades para se dirigirem aos locais da prova.

Eu conheço, por exemplo, pessoas de Rio Vermelho que se dirigiram a Diamantina para fazer prova. Lá chegando, deputado João Leite, depararam com o atraso na abertura dos portões e com todo esse drama que relatei. Nenhuma palavra do governador do Estado, nenhuma palavra do secretário de Educação, nenhuma palavra de alguém da secretaria, do secretário de Governo, do líder do governo nesta Casa, ninguém para dar uma satisfação a esses milhares de candidatos que se propuseram a ser professores da nossa rede pública estadual de ensino. Mesmo correndo o risco de terem pela frente, depois de aprovados, um governo petista, que atrasa salários, parcela salários, parcela 13º salário e que não lhes dá nenhuma estrutura para que possam cumprir a sua obrigação, obviamente como professor, de levar educação às crianças e jovens do nosso estado. Para começar, é de se ficar abismado com a falta de consideração deste desgoverno petista para com esses milhares de candidatos.

Hoje eu protocolei, na Comissão de Educação desta Casa, um requerimento convocando, não convidando, mas convocando o secretário de Estado de Educação para que venha à comissão explicar as razões do silêncio até agora, as razões de já não ter cancelado esse concurso, o que é imperioso que seja feito. Não há, deputada Ione – já vou conceder-lhe um aparte – espaço, frente ao que já recebi de provas no meu celular, para outra situação senão o cancelamento das provas que foram realizadas no último dia 8. Não há espaço para negociação, porque, num piscar de olhos, um estagiário – aliás o estagiário não pode fazer isso –, um advogado em início de carreira, qualquer um, conseguirá derrubar esse concurso na Justiça.

O que nós queremos, Sr. Governador, é que nos poupe, pelo menos dessa vez, tempo; que poupe a aflição de milhares de candidatos, que, há três dias, estão sem saber o que será feito desse concurso horroroso que foi feito no último domingo. A palavra que precisa dar, Sr. Governador, é a de que esse concurso promovido no último dia 8 está cancelado, que aqueles que se propuseram a ser candidatos e a ir aos locais de prova no domingo poderão fazê-lo novamente daqui a 30, 40, 50 dias, mas de maneira que sejam tratados com dignidade, com igualdade de direitos. Estou abismado como este governo, há três dias, não trata desse assunto. O silêncio é ensurdecedor.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)* – Boa tarde, presidente. Boa tarde, deputado Gustavo, sempre atuante e sempre lutando pela educação. Escutei tudo isso que V. Exa. falou e acho que é uma falta de respeito, respeito com a nossa educação, respeito com o povo mineiro. Mas o que podemos esperar deste governo, que é um verdadeiro desgoverno, um verdadeiro desmando? Nós não temos hoje um governador atuante, que pega as rédeas e luta por Minas Gerais, não.

Gostaria de apresentar neste momento um comunicado que a Escola Estadual Artur Joviano está entregando aos seus alunos, no qual esclarece que, a partir desta segunda-feira, dia 9 de abril, não servirá mais merenda escolar, uma vez que em 2018 a escola não recebeu recursos para a compra de gêneros alimentícios e gás de cozinha. Vejam que absurdo!

É um governo que se diz comprometido com a educação e com o povo mineiro. Mas o que o povo mineiro pode esperar desse governo que não respeita esse mesmo povo? Já temos uma greve na área da educação pela enorme falta de respeito com os nossos educadores, que têm seus salários atrasados e recebem o 13º salário em parcelas. É um absurdo que temos de denunciar. Obrigada, deputado.

O deputado Gustavo Valadares* – Obrigada, deputada Ione Pinheiro. Seu aparte engrandece muito o nosso pronunciamento e serve de alerta aos candidatos que prestaram esse concurso público no último domingo, para que consigam enxergar o que vão

enfrentar se forem aprovados em um novo concurso, já que não deixarei que prospere o que foi realizado domingo. Aliás, tenho certeza de que o nosso bloco não deixará que ele prospere.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)* – Pode contar com o nosso apoio. Estaremos juntos, seja no Ministério Público, seja na Justiça.

O deputado Gustavo Valadares* – Muito obrigado pela solidariedade. Ontem mesmo, com o presidente da Comissão de Saúde e com o deputado Ricardo Faria, estive no Ministério Público, junto ao procurador-geral de justiça, para tratar dos calotes que esse desgoverno petista tem dado às prefeituras do nosso Estado, em especial na área da saúde. Já passam de R\$3.500.000.000,00 os repasses obrigatórios que até hoje não foram repassados por esse desgoverno petista aos municípios.

Agora, terei de solicitar, presidente, nova agenda junto ao procurador-geral de justiça para tratar desse absurdo cometido no último domingo. Como podemos levar à frente o concurso público realizado no último domingo, se candidatos ficaram sem receber prova; se candidatos usaram o celular para filmar as questões no momento em que estavam fazendo as provas; e se as provas foram feitas em horários diferentes, dependendo dos locais em que foram realizadas? Aliás, isso aconteceu até dentro de uma mesma cidade ou, deputados e deputadas, dentro de um mesmo prédio. Tenho comigo a filmagem feita por uma candidata que estava no corredor do 2º andar de um prédio, esperando para receber as suas provas, enquanto, no 1º andar, os candidatos já estavam em prova, com as portas fechadas. Sr. Governador, a sua omissão nos envergonha! Sr. Governador, a sua incompetência nos diminui! Sr. Governador, a incompetência de sua equipe nos constrange! É triste!

A sorte que temos, deputado Sargento Rodrigues – se é que há sorte em viver por quatro anos em um desgoverno petista –, é que já se passaram três anos e meio. Mais do que isso, presidente, para concluir, espero que os candidatos da área da educação, os servidores públicos, os empresários, as pessoas de bem deste Estado se lembrem das aflições e dos problemas que enfrentamos ao longo destes anos e que o recado seja dado em outubro próximo. Muito obrigado, presidente.

* Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputados presentes, saúdo todos e especialmente os alunos da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. Aproveito para saudar quem foi nosso companheiro nesta Casa, o Prof. Arnaldo Pena. Além de professor nesta Casa, Arnaldo Pena, depois, fez concurso para a Consultoria da Assembleia Legislativa e passou nos primeiros lugares. Então, quero, na presença dos alunos da escola, saudar esse querido líder de Minas Gerais, nosso querido Prof. Arnaldo Pena.

Sr. Presidente, quero apoiar as palavras do líder, deputado Gustavo Valadares: o governo do PT tem raiva de gestão. Gestão dá trabalho mesmo. Fazer gestão não é fácil, é toda hora, é todo dia. Alguns especialistas dizem que é como cortar unha, toda hora é preciso aparar, ficar atento. Ouvimos a deputada Ione Pinheiro dizer que não existe mais alimentação escolar em Minas Gerais. Cortaram a alimentação das crianças, nas escolas estaduais. Outro dia o deputado Sargento Rodrigues trouxe a denúncia de que, nos Colégios Tiradentes de Minas Gerais, os alunos não têm alimentação mais.

Ouvimos, desde sempre, que algo que prejudica muito o aprendizado é uma péssima alimentação. E este governo do Estado de Minas Gerais deixa de passar alimentação para os alunos, a antiga merenda escolar, aquele sopão que eu tomava na Escola Municipal João Pessoa, no Bairro Santo Antônio, em Belo Horizonte, e que as minhas irmãs tomavam na Escola Estadual Maria Coutinho, na região Oeste. O governo do PT não põe dinheiro para a alimentação escolar das crianças que estão nas escolas de Minas Gerais. É um escândalo. O governo do PT é um escândalo. Vai fazer um concurso público e vira isso que o líder Gustavo Valadares denunciou: uma tragédia. Faltaram provas para os concurseiros. É uma tristeza.

Agora, Sgt. Juarez, o senhor que serviu com tanto denodo a segurança pública do Estado de Minas Gerais, deve estar triste ao ver o que está acontecendo em Belo Horizonte. Não sei como os alunos de Lafaiete conseguiram chegar em Belo Horizonte, porque fecharam a Avenida Nossa Senhora do Carmo.

Vejam vocês, do direito: Minas Gerais produziu uma jurista, professora, que se tornou presidente do Supremo Tribunal Federal. Depois, visitem a Rua Dias Adorno, aqui, na frente do Ministério Público, e vejam que jogaram lata de tinta vermelha, picharam a casa do presidente do Supremo Tribunal Federal, sob as vistas de uma viatura da Polícia Militar de Minas Gerais, e nada foi feito. Invadiram a residência da ministra do Supremo Tribunal Federal, às calendas; joga-se fora toda segurança do cidadão. Se a ministra presidente do Supremo Tribunal Federal não tem segurança, quem é que tem segurança em Minas Gerais?

Os baderneiros, os invasores, os criminosos estão sendo aplaudidos por muitos. Qual é o feito deles em favor de Minas Gerais? Invadir o domicílio da ministra, presidente do Supremo Tribunal Federal. Uma professora honrada, mineira, do Norte de Minas, que na sexta-feira se transformará em presidente da República, com a viagem do presidente Temer. Não respeitam nada, o PT não respeita nada, a esquerda brasileira não respeita ninguém. Dizem eles que isso é democracia.

Fecharam a Avenida Nossa Senhora do Carmo, que é a finalização da BR-040, da BR-356, que liga Belo Horizonte ao Rio de Janeiro; que liga Belo Horizonte a Conselheiro Lafaiete, a Congonhas, a Cristiano Ottoni, a Barbacena. Não respeitam ninguém. Nesta manhã, quem morava na região da minha filha... A minha filha não levou minhas netas à aula, não podia passar. Os professores não chegaram às escolas. Não sei como é que o deputado Gustavo Valadares, que mora naquela região, conseguiu chegar à Assembleia Legislativa. Estava cedo aqui. Ele não tem helicóptero, deve ter vindo a pé. Só a pé, passando na frente do Morro do Papagaio, Sgt. Juarez, para chegar. Isso é democracia? É essa a democracia que a esquerda quer para o Brasil?

De Goiânia veio um vídeo. Uma mulher tentando passar por um bloqueio. Quebraram o carro dela. Tiraram a mulher do carro e a agrediram. Essa é a democracia do PT. Outro dia, aqui na Praça da Assembleia, a Polícia Legislativa teve de intervir. Olhem para os policiais legislativos. O presidente da Assembleia, a Mesa da Assembleia, com o deputado Dalmo Ribeiro Silva, comanda os nossos policiais. Ali está uma policial feminina e um policial masculino; aqui está um policial masculino do Legislativo. Foram agredidos pelos democratas, deputado Gustavo Valadares. Vieram os democratas da esquerda agredir uma polícia desarmada, uma polícia de diálogo, uma polícia do Parlamento. Tiveram uma posição firme; permaneceram ali, ameaçados. A nossa polícia resistiu. Quero parabenizar a Polícia Legislativa. Não aceitou o confronto, porque eles querem provocar a todo momento. Eles querem um cadáver no Brasil para mostrar para o mundo.

Com muito prazer concedo aparte ao deputado Gustavo Valadares, e é bom que ele nos diga como chegou à Assembleia Legislativa hoje, já que onde mora estava totalmente sitiado pelos democratas. Pela placa, o ônibus veio de Frei Inocêncio, a 60km. Linda cidade da região do deputado Bonifácio Mourão. E aqui, deputado Bonifácio Mourão, estão os estudantes de direito da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete.

O deputado Bonifácio Mourão, aqui presente, vai ficar de pé. É o mais parrudo desta Casa. Ele é o relator da Constituição do Estado de Minas Gerais. Então, quando lerem a Constituição do Estado, lembrem que este é o relator da Constituição do Estado.

Com muito prazer, concedo aparte ao deputado Gustavo Valadares, para ele explicar. Não sei como os estudantes conseguiram chegar de Conselheiro Lafaiete. Belo Horizonte parou, os democratas pararam Belo Horizonte. As pessoas queriam trabalhar, as minhas netas queriam ir para a aula, e ninguém pode se locomover em Belo Horizonte, porque os democratas colocaram fogo em frente a uma escola, em pneus. Irresponsáveis! Têm que ser indiciados esses que colocaram em risco a frente de uma escola em Belo Horizonte.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Deputado João Leite, primeiro quero desejar também as boas-vindas aos estudantes de direito da cidade de Lafaiete. Que esta seja apenas mais uma de muitas visitas. Esta Casa está sempre aberta a vocês, e é importante a participação de todos.

Deputado, quero parabenizá-lo, porque V. Exa. traz um assunto que é também importante. Quando subi à tribuna hoje – o presidente é testemunha –, disse que vários assuntos me faziam subir à tribuna, depois de algumas semanas sem fazê-lo. Mas era urgente a necessidade de cobrar essa questão do concurso dos servidores da educação, ocorrido no último domingo.

Mas a depredação de um prédio, onde a proprietária de um dos apartamentos é a presidente do Supremo Tribunal Federal, foi uma das coisas mais graves que já vi acontecer, pelo menos em Belo Horizonte, nos últimos anos. O pior – os estudantes são testemunhas – é que eu gritava dali cobrando uma palavra do Sr. Governador, deputado Antonio Carlos Arantes, quanto ao absurdo e à bagunça do concurso realizado no último domingo, mas nem uma palavra. Três dias, de domingo para cá, e nem uma palavra. A mesma coisa ocorre com essa depredação, que aconteceu na última sexta-feira: nem uma palavra daquele que foi colocado no governo para ser o nosso porta-voz, para ser o representante dos mineiros, eleito pela maioria. Apesar de não ter recebido o meu voto, ele foi eleito pela maioria, e temos de respeitá-lo. Nem uma palavra!

Aí, deputado João Leite, vai doer um pouquinho, mas também vou jogar o peso sobre a Polícia Militar. A menos de 300m do prédio da ministra Cármen Lúcia, existe uma base, aqui na Praça da Assembleia. Se os estudantes não sabem onde é o prédio dela, vale a visita. Vocês passaram lá na porta? Passaram ou não?

O deputado João Leite* – Perto do McDonald's.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* – Peçam ao professor ou à professora de vocês para irem lá agora a pé. Dirijam-se até a entrada da Assembleia e depois peguem a primeira rua à esquerda. O prédio da ministra é o segundo prédio, antes de chegar ao McDonald's. Vocês têm de ir lá. Por favor, não deixem de fazer essa visita. Levem o retrato do que tem sido o nosso governo de Minas, da vergonha de se ter um governador e um comandante da Polícia Militar que não dão uma palavra a respeito da depredação.

Um ônibus ficou parado durante alguns minutos em frente ao prédio. Não foi um assaltante ou uma motocicleta, que têm agilidade para ir embora, mas um ônibus, deputado João Leite, com mais de 30 pessoas, com mais de 30 criminosos. Eles tiveram tempo de descer, de jogar tinta, de quebrar vidro, de acabar com o prédio e de voltar para o ônibus. Esse ônibus desceu essa rua, a Dias Adorno, e devia estar muito rápido – a 20km por hora – e foi até a Praça da Estação, onde estava acontecendo uma manifestação em prol desse criminoso, que está preso.

Nenhuma palavra. Que vergonha! Que vergonha! Sr. Comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, uma palavra! Sr. Governador do Estado, uma palavra! Pedir desculpas em nome de Minas e dos mineiros? Jamais!

O deputado Bonifácio Mourão disse aqui que eram três ônibus.

Deputado João Leite, parabéns! Esse é um assunto sobre o qual eu queria ter falado, mas acabei indo para o lado da bagunça do concurso da educação no último domingo.

É um compromisso, viu? Não deixem de ir. O prédio está a menos de 300m daqui. Não deixem de ir. Muito obrigado.

O deputado João Leite* – Obrigado, deputado Gustavo Valadares, que não explicou como chegou à Assembleia Legislativa hoje. Também não tem uma palavra da Polícia Militar, deputado Célio Moreira, aqui presente nas galerias, nem uma palavra dos bombeiros, que apagaram o fogo colocado na Avenida Nossa Senhora do Carmo. Não tem uma palavra, Mourão. População de Minas Gerais, fique tranquila, pode ir trabalhar.

O deputado Célio Moreira diz que é uma cidade sem lei. É um Estado sem lei, abandonado, deputado Mourão. Não há uma palavra.

O mais importante que eu queria dizer, deputado Gustavo Valadares, diz respeito ao que foi feito em relação à agressão à ministra, Presidente do Brasil: um TCO – termo circunstanciado de ocorrência. Nada mais, além disso, foi feito. Só que a Polícia Federal abriu um inquérito. Aí, eles tremem, não é? A esquerda treme com a Polícia Federal.

A Polícia Federal abriu inquérito para saber quem financiou. Como os sem-terras sabiam o endereço da ministra? A Polícia Federal está ouvindo pessoas agora para saber quem deu o endereço da ministra. Alguém deu o endereço da ministra. Deputado Valadares, havia uma viatura da Rotam acompanhando os três ônibus, e permitiu-se tudo isso. Dê uma resposta, comandante da PM.

Governador do Estado, fale alguma coisa. Secretário de Segurança, diga alguma coisa. Comandante dos bombeiros militares, fale sobre o fogo na Avenida Nossa Senhora do Carmo hoje, colocando em risco minhas netas, as crianças que iam para a escola, minha filha e a população de Belo Horizonte. Nenhuma palavra de um governo incompetente, de um comandante da Polícia Militar. Temos um secretário de Segurança silente. Queremos uma palavra, queremos uma resposta. A Assembleia Legislativa exige isso. Não ficará assim, não aceitaremos essa situação. Muito obrigado, presidente.

* Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, gostaria de cumprimentar os alunos e as alunas da Faculdade de Direito de Conselheiro Lafaiete. Sejam muito bem-vindos à Assembleia. A Casa tem o *slogan* Poder e Voz do Cidadão, mas isso depende de quem está sentado na cadeira do Poder Executivo, depende muito, porque, infelizmente, a influência dentro do Poder Legislativo é enorme. O veto é enorme por parte do Poder Executivo. Parabéns pela presença de vocês, obviamente para acompanhar de perto parte dos trabalhos desta Assembleia. Vocês podem perceber que o Plenário está vazio. O pessoal do governo, deputado Mourão, a base do governo e o líder do governo, deputado Durval Ângelo, andam dando entrevista nos quatro cantos, dizendo que a Assembleia não vota porque os deputados da oposição não vêm aqui. Mas não é bem assim. Aqui somos quatro deputados, aliás, cinco, com o presidente da Mesa. Há cinco deputados da oposição e apenas um da base do governo acompanhando os trabalhos, que é o deputado Doutor Jean Freire, deputado sério, honrado e trabalhador, a quem respeitamos muito. Não são os deputados da oposição; os deputados da base do governo é que não querem ficar em Plenário até o fim, porque sabem que serão cobrados pela destruição da máquina pública, deputado Gustavo Valadares, que o governo vem fazendo.

Deputado Dalmo, V. Exa. e o deputado Antonio Carlos Arantes são votados no Sul de Minas. V. Exa. deve ter lido a matéria do jornal, no sábado, dia 7 de abril, que dizia que as cidades do Sul de Minas – Cabo Verde, Areado, Jacuí – e também Pains, no Centro-Oeste, amanheceram sob o fogo cruzado e o terrorismo de criminosos que estavam explodindo as agências bancárias e os caixas eletrônicos. E não é de hoje que venho cobrando uma providência, desta tribuna. Em seguida, deputado Dalmo, também na cidade de Piumhi, no Centro-Oeste, fizeram a maior arruaça. Felizmente, os nossos bravos policiais militares conseguiram efetuar a prisão da quadrilha, já na cidade de Divinópolis.

Hoje amanhecemos sob o fogo cruzado em Passos, no Sudoeste. O deputado Antonio Carlos Arantes teve oportunidade de se manifestar também. As pessoas não estão conseguindo entender a gravidade dessas ações criminosas sem uma resposta do comando das Polícias Militar e Civil, lembrado aqui pelo deputado João Leite. Sabe por que não tomaram providências, deputado João Leite? Porque o MST é o braço sindical do PT. Ali estavam muitos militantes desse partido cometendo crime de dano contra a honra e a imagem da ministra do STF, contra a presidente do Supremo. A que ponto chegamos, Prof. Bonifácio Mourão? Eles acham isso normal, natural, e vêm chamar isso de movimento social. Não, Doutor Jean, é movimento de bandidos, de criminosos, não é movimento social. Movimento social não depreda patrimônio público nem picha prédio onde uma presidente do STF tem apartamento. Quem desses militantes pode levantar a voz para falar da conduta ilibadíssima da ministra Cármen Lúcia? Qual deles tem a coragem de falar da seriedade dela?

Agora, deputado João Leite e Doutor Jean, estou tentando lembrar. Também houve, na sexta passada, uma cidade do Vale do Jequitinhonha... Vou pedir à assessoria que me mande pelo WhatsApp – com certeza ela deve me encaminhar.

Deputado João Leite, não é de hoje que temos cobrado desta tribuna. V. Exa. tem me ajudado muito na Comissão de Segurança Pública, porque, se eu dependesse dos deputados da base de governo, nem sequer conseguiríamos aprovar projetos. Estão aqui, deputado João Leite, as planilhas, o levantamento feito pela nossa tão competente Dra. Luisa Barreto, sobre os recursos desviados para o caixa único da segurança pública.

(– Mostra a planilha.)

Os dados, Prof. Mourão, são estonteantes. Vou dar um dado da rubrica investimento nas Polícias Militar e Civil no atual governo do PT, Doutor Jean, vou mostrar o que eles fizeram com a segurança pública em Minas Gerais. É por isso que os bandidos estão deitando e rolando, é por isso que estão fazendo a festa. De todas as promessas que fizeram, deputado Bonifácio Mourão, cumpriram o contrário. Deputado Dalmo, em 2014, último ano do governo anterior, a Polícia Militar recebeu na rubrica investimento R\$36.000.000,00; em 2015, caiu para R\$14.000.000,00, menos da metade, Doutor Jean; e, em 2016, caiu para R\$7.000.000,00. Por isso passamos a cobrar, com veemência, pela falta dos coletes. Eles estavam vencidos – como vão enfrentar a criminalidade? As munições estavam vencidas, as viaturas estão caindo aos pedaços, sem efetivo, Doutor Jean.

O governador Fernando Pimentel, durante a campanha, no dia 4/9/2014, iniciou um vídeo, aproveitando-se da morte de uma policial civil, e disse que contrataria 12 mil policiais civis e militares. Já são três anos e quatro meses de governo, e não contratou um terço do prometido, deputado Dalmo. As Polícias Civil e Militar passam hoje o pior momento de sua história no quesito efetivo.

Vamos falar agora da rubrica investimento da Polícia Civil, deputado Dalmo. Em 2014, último ano do governo anterior, foram destinados R\$31.000.000,00 para a rubrica investimento da Polícia Civil, Doutor Jean. Ainda bem que V. Exa. está assentado, porque, em 2015, o governo do PT destinou R\$741.000,00. Vou repetir os dados exatos. Investimento da Polícia Civil em 2014, último ano do governo anterior: R\$31.150.939,66. Investimento no primeiro ano do governo Pimentel na rubrica investimento da Polícia Civil: R\$741.119,78. Um decréscimo de quase 100%, deputado João Leite. Está aqui, a Dra. Luisa Barreto colocou: 98% foi o que tiraram da Polícia Civil.

No ano seguinte, este deputado, com a responsabilidade de ser o presidente da Comissão de Segurança Pública, deputado Dalmo, passou a cobrar, e melhoraram. Em 2016, de R\$31.000.000,00, mandaram para o orçamento R\$1.700.000,00. Em 2017 foram R\$2.327.000,00. É uma vergonha, Doutor Jean. Essas fotos mostram a madrugada em Passos. Destruíram tudo, a cidade está em polvorosa. O município de Passos acordou parecendo que estava na Síria, sob um bombardeio. Eu tenho áudios que os policiais me mandam, quando acordo de manhã já estão lá os áudios. Vários policiais civis e militares têm o meu contato e enviam mensagens mostrando o que aconteceu. E tem comandante da Polícia Militar...

Deputado João Leite, a que ponto chegou a cegueira do alinhamento ideológico com este governo corrupto do PT em Minas Gerais? O comando da polícia fez um alinhamento ideológico, deputado Dalmo. E o grande perigo do alinhamento ideológico é a cegueira, porque passam a defender o governo a qualquer preço, a qualquer custo, chegando ao ponto de escalar um único policial no destacamento. Para quê? Para levá-lo à morte.

Rasgaram, deputado João Leite, uma doutrina apregoada pelos coronéis da Polícia Militar por mais de dois séculos, que diz que a força pública só pode atuar com a supremacia de força. São os chamados *Cadernos Doutrinários da Polícia Militar*, escritos pelos próprios coronéis da Polícia Militar em diversas teses e monografias feitas por superiores da polícia dentro da Acadepol. E passaram a escalar um único policial, sozinho, por destacamento. Não precisa nem ser policial para entender que um policial sozinho no destacamento, de madrugada, não vai conseguir frear o crime. Não vai. Mas... e as promessas, Doutor Jean? Está aqui o vídeo, e posso passar o vídeo e o áudio. É bom, porque hoje conseguimos registrar, temos a mídia social, temos áudio e vídeo das promessas. O Sgt. Alexandre, ontem...

Agora é assim, Doutor Jean, para todos os que criticam o governo do PT... Para o servidor público a perseguição é implacável. Está aí fora o Ten.-Cel. Domingos Sávio de Mendonça, que participou conosco da última manifestação na Praça da Liberdade, deputado Dalmo. Sabe o que ocorreu com ele? Instauraram o IPM. Um tenente-coronel da reserva. Traduzindo para o mundo civil, aposentado. Instauraram inquérito policial porque ele fez crítica ao comandante-geral da Polícia Militar, porque este está atrelado ao alinhamento ideológico. E o alinhamento ideológico é tão perigoso, que se passa a fazer a defesa do governo, esquecendo-se do restante. Há perseguições, faltam coletes, falta viatura, faltam munições.

Determinados pelotões e companhias da Polícia Militar, deputado Dalmo, ali na região Sul, podem ilustrar essa situação. Nossas equipes itinerantes de gabinete visitaram vários. Há pelotões com 20 pessoas, podemos dar o exemplo de Camanducaia, em que dois, três têm treinamento para usar o fuzil à disposição e os outros 15, 16 não o têm. Cobramos, e dizem que não há dinheiro.

Onde está a segurança que Pimentel disse no vídeo? Não adianta inventar desculpas, pois segurança pública é dever do Estado. Não adianta colocar a culpa nos municípios nem na União, pois segurança pública é responsabilidade do governo do Estado. “Vamos qualificar, equipar, remunerar.”, “Vamos comprar viaturas, colocar GPS, tablets.” Onde está, deputado Dalmo, o cumprimento da promessa do governador? Onde estão os coletes? Onde está o reequipar, o remunerar?

São quatro anos sem reposição da perda inflacionária. Não estamos querendo, Doutor Jean, aumento, mas sim reposição da perda inflacionária, porque está previsto na Constituição, no art. 7º, inciso X, que a revisão geral anual é dever do governo. Para quê? Para que o poder de compra do servidor não fique defasado, corroído. A inflação de 2015, 2016 e 2017, pelo IPCA, é de 21,1%. Onde está o governo do PT? Há, ainda, R\$3.000.000.000,00 de rombo no Instituto de Previdência dos Servidores Militares, deputado Dalmo.

Daqui a pouco, faremos uma audiência na Comissão de Segurança Pública. Certamente, centenas e centenas de policiais e bombeiros estarão aqui para participar.

Terra arrasada! São predadores! O governo do PT, por onde passa, é igualzinho praga de gafanhoto: arrasa tudo, destrói tudo. Foi assim no Rio Grande do Sul. Foi assim no Planalto Central. Depois de 14 anos de governo, eles deixaram 13.000.000 de desempregados. Por onde passam fazem isso. Terra arrasada! Não é somente a segurança. Não há uma área desse governo que funcione a contento. Destruíram tudo e estão destruindo até a esperança do servidor público. Mas, graças a Deus, deputado Gustavo Valadares, o mais querido, o mais competente, o Prof. Antonio Anastasia dará neles uma surra eleitoral no dia 7 de outubro. Ninguém aguenta mais o PT em Minas Gerais. Fora Lula, fora PT! Aliás, Lula na cadeia, que é o lugar onde ele tem de ficar!

* Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 16/4/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Manoel Messias Vasconcelos, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Geisa Teixeira; nomeando Durvalino Gôngora de Jesus, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cristiano Silveira.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 15/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 34/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 2/5/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de carga, por meio de caminhão.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado,

das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 16 de abril de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE CONTRATO Nº 144/2017

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Instituto Mateus Sena – IMS. Objeto: doação de bens móveis declarados inservíveis. Vigência: a partir da data da assinatura. Licitação: dispensada, nos termos do art. 17, II, “a”, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO Nº 19/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Viação Serro Ltda. Objeto: prestação de serviço de transporte de passageiros em micro-ônibus executivo com motorista, para realizar viagens e traslados a serviço da contratante, em Belo Horizonte e Região Metropolitana, bem como em todo território nacional, pelo período de 12 meses, prorrogáveis na forma da lei. Vigência: 12 meses, contados a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 4/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 16/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: L3A Divisórias e Forros Eireli. Objeto: reforma em divisórias, conforme *layouts*, por demanda, com fornecimento de paredes divisórias, armários, balcões, bancadas e acessórios, incluindo montagem, instalação e desmontagem. Objeto do aditamento: ampliação em 24,98% do objeto. Vigência: 12 meses contados a partir da assinatura do Contrato nº 106/2017, com término em 11/9/2018, sem prejuízo da garantia. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2009.3.3.90-10.1.